



Demonstrações Contábeis

Energética Serra da Prata S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente



Energética Serra da Prata S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Energética Serra da Prata S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis Energética Serra da Prata S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos'.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC RJ-093771/O

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.507	12.968
Contas a receber de clientes	5	9.288	8.277
Tributos a recuperar		714	-
Adiantamentos diversos		1.375	1.317
Total do Ativo Circulante		23.884	22.562
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	14.386	13.814
Depósitos judiciais e cauções		838	808
Direito de uso	7	7.490	10.291
Imobilizado	8	129.778	127.988
Intangíveis		80	104
Ativo fiscal diferido		274	453
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13.2	231	382
Total do Ativo Não Circulante		153.077	153.840
Total do Ativo		176.961	176.402
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	1.542	3.806
Contas a pagar	10	7.494	2.716
Empréstimos	11	14.367	11.931
Dividendos a pagar	12	-	6.843
Obrigações por arrendamentos	7	393	511
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	13.1	111	492
Outros passivos circulantes		407	299
Total Passivo Circulante		24.314	26.598
Não Circulante			
Fornecedores	9	2.566	-
Contas a pagar	10	-	10.206
Empréstimos	11	16.690	29.829
Obrigações por arrendamentos	7	8.398	11.694
Total Passivo Não Circulante		27.654	51.729
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	87.810	87.810
Reserva legal	15	12.761	10.265
Reserva de lucros	15	24.422	-
Total Patrimônio Líquido		124.993	98.075
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		176.961	176.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado do exercício
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Demonstração do resultado do exercício	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	16	70.433	63.453
Custos dos bens construídos e serviços prestados	17	(16.519)	(15.082)
Resultado operacional bruto		53.914	48.371
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	18	(724)	(9.725)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		53.190	38.646
Despesas financeiras			
Despesas financeiras	19	(3.742)	(5.524)
Receitas financeiras			
Receitas financeiras	19	4.085	5.495
Resultado financeiro líquido		343	(29)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social			
		53.533	38.617
Contribuição social	13	(1.104)	(1.052)
Imposto de renda	13	(2.361)	(2.381)
Contribuição social diferida	13	(53)	(195)
Imposto de renda diferido	13	(98)	(362)
Lucro líquido do exercício		49.917	34.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	49.917	34.627
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucros líquido do exercício	49.917	34.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2022	87.810	(90)	13.512	8.534	-	109.766
integralização de capital	-	90	-	-	-	90
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.627	34.627
Constituição de reservas	-	-	-	1.731	(1.731)	-
Dividendos pagos	-	-	(13.512)	-	(29.000)	(42.512)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(3.896)	(3.896)
Saldo em 31 dezembro 2022	87.810	-	-	10.265	-	98.075
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	49.917	49.917
Reversão para pagamentos de dividendos	-	-	(11.144)	-	-	(11.144)
Constituição de reservas	-	-	35.566	2.496	(38.062)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(11.855)	(11.855)
Saldo em 31 dezembro 2023	87.810	-	24.422	12.761	-	124.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		53.533	38.617
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>			
Depreciação – imobilizado	8	5.496	6.547
Depreciação – arrendamento	7	657	-
Amortização – intangível		24	-
Juros sobre empréstimos concedidos - partes relacionadas		-	(165)
Juros sobre empréstimos tomados	11	2.766	3.656
Juros – arrendamento	7	127	1.659
Perdão de dívida		-	4.514
Tributos diferidos		179	660
Rendimento sobre aplicação financeira		(1.700)	(5.304)
Lucro ajustado		61.082	50.184
Variações dos Ativos e Passivos operacionais			
Contas a receber de clientes	5	(1.011)	(1.686)
Estoques		-	155
Depósitos judiciais		(30)	(538)
Adiantamentos		(58)	(1.298)
Despesas antecipadas		-	191
Tributos a recuperar		(2.273)	(1.327)
Fornecedores e outras contas a pagar		(208)	1.713
Contas a pagar	10	(4.918)	(14.254)
Contas a pagar - parte relacionada		-	(554)
Obrigações por arrendamentos	7	(1.397)	(2.091)
Outros passivos		108	(32)
Imposto de renda e contribuição social pagos	13.1	(2.287)	(1.910)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		49.008	28.553
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital		-	90
Aquisição de imobilizado	8	(7.286)	(32)
Compras de ativos intangíveis		-	(106)
Títulos e valores mobiliários		1.128	(1.492)
Aplicações financeiras e recursos financeiros		-	5.304
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamentos		(6.158)	3.764
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos	11	(10.199)	(11.127)
Juros pagos de empréstimos	11	(3.270)	(4.461)
Recebimento de empréstimos - partes relacionadas		-	30
Dividendos pagos	12	(29.842)	(42.602)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(43.311)	(58.160)
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa		(461)	(25.843)
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		12.968	38.811
No final do exercício		12.507	12.968
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa		(461)	(25.843)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Energética Serra da Prata S.A. (“Espra” ou “Companhia”), com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW; Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW; e Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas no ano de 2008, nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, localizadas no Sul da Bahia, com 41,8MW de capacidade instalada.

A energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra vende toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da concessão da Espra é de 30 anos.

A Companhia em 2023 apresenta capital circulante negativo por consequência das estratégias de financiamento adotadas pela empresa e das condições de mercado. E reconhece a importância de manter uma estrutura de capital saudável, está implementado medidas para gerar caixa e melhorar o CCL, como otimização de Eficiência Operacional e Gestão de Capital de Giro. Contudo, a Administração está confiante de que, com a implementação dessas medidas, será capaz de gerar caixa suficiente para melhorar o CCL e manter uma estrutura de capital saudável a longo prazo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 15 de março de 2024.

2.1. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - A mensuração de passivos financeiros é como segue

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6. Provisão de custos ambientais

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de especialistas ambientais da Companhia baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 11.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

3.8. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto de 100% ou, se este for omissivo, a importância será determinada de acordo com as seguintes normas:

i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;”

3.9. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.11. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.13. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do CPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

Em 2023, a Companhia adotou o mesmo regime de tributação pelo lucro presumido conforme o ano anterior.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.17. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2023

3.17.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	IFRS 17	01.01.2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	01.01.2023

3.17.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.17.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes -- Continuação

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 06 - Arrendamentos	IFRS 16	01.01.2024
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IAS 1	01.01.2024
CPC 03 (R1) Demonstrações do fluxo de caixa	IFRS 7	01.01.2024

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	5	-
Banco (i)	1.210	499
Aplicação financeira (ii)	11.292	12.469
Total	12.507	12.968

- (i) O saldo de recursos em banco compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.
- (ii) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos e certificados de depósitos bancários, ambos com alta liquidez e indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podendo ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação em 31 de dezembro de 2023 é de aproximadamente 97,15% do CDI e no ano de 2022 foi de aproximadamente 96,81% do CDI.

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
ENBPar (i)	9.288	8.277
Total	9.288	8.277

- (i) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia eólica firmado com a ENBPar, com o recebido mensalmente.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos valores mobiliários

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicação financeira - conta BNB (i)	14.386	13.814
Total	14.386	13.814

(i) Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de aproximadamente 99,21% de CDI em 2023 e aproximadamente 98% em 2022, vinculada ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

7. Arrendamento e Direito de uso

Composição e movimentação dos saldos

	<u>31/12/2022</u>	<u>Remensuração de contratos</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/2023</u>
Direito de uso (a)	10.291	(2.144)	(657)	-	7.490
	10.291	(2.144)	(657)	-	7.490
	<u>31/12/2022</u>	<u>Remensuração de contratos</u>	<u>Ajuste a valor presente</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/2023</u>
Obrigações por arrendamento (b)	12.205	(2.144)	127	(1.397)	8.791
	12.205	(2.144)	127	(1.397)	8.791
Total	(1.914)				(1.301)
Total circulante	511				393
Total não circulante	11.694				8.398

(a) Referem-se há 14 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2).

(b) Para determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de desconto calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 8.08% a.a. e 13,14% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização, o que for menor, conforme o caso.

Os arrendamentos, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	<u>31/12/2023</u>
2025	439
2026	493
2027	553
2028	662
2029 a 2037	6.251
	8.398

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

Composição e movimentação dos saldos

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação e amortização (i)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições	Valor Bruto em 31/12/2023	Depreciação	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Terrenos	-	594	-	594	-	-	594	594
Reservatórios, barragens e adutoras	2,42%	95.797	-	95.797	(2.234)	(34.581)	61.216	63.450
Veículos	14,28%	16	-	16	-	(16)	-	-
Equipamentos de informática	12,54%	281	46	327	(9)	(272)	55	18
Máquinas e equipamentos	4,01%	65.029	66	65.095	(1.989)	(31.215)	33.880	35.803
Móveis e utensílios	9,94%	142	-	142	(2)	(139)	3	5
Edificações, obras e benfeitorias	3,36%	46.336	-	46.336	(1.262)	(19.480)	26.856	28.118
Imobilizado em serviço		208.195	112	208.307	(5.496)	(85.703)	122.604	127.988
Obras em Andamento	-	-	7.174	7.174	-	-	7.174	-
Imobilizado em curso		-	7.174	7.174	-	-	7.174	-
Total do Ativo Imobilizado		208.195	7.286	215.481	(5.496)	(85.703)	129.778	127.988

(i) As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil dos bens, para o cálculo é utilizado o prazo da concessão ou Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MSPSE), dos dois o menor. Para os exercícios de 2023 e 2022 a Companhia considerou a vida útil conforme o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE Resolução 674/2015.

As imobilizações estão representadas por ativos de geração de energia elétrica das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--Continuação

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A administração analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo imobilizado da Companhia, após análise interna da administração, não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o seu fluxo de caixa futuro. Dessa forma, a administração da Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses grupos de ativos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

9. Fornecedores

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
O&M	706	703
Serviços de terceiros	260	54
Aluguel	1.552	1.766
Provisão de custos ambientais (i)	1.014	1.014
Outros	576	269
Total	4.108	3.806
Passivo circulante	1.542	3.806
Passivo não circulante	2.566	-

(i) A Companhia mantém registrado em suas demonstrações contábeis provisão para compensação ambiental baseado na norma vigente e em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com essa exigência perante os órgãos reguladores.

10. Contas a pagar

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ENBPar (i)	7.494	12.412
Outros (ii)	-	510
Total	7.494	12.922
Total circulante	7.494	2.716
Total não circulante	-	10.206

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Contas a pagar--Continuação

- (i) O contrato de Compra e Venda de energia, celebrado entre a Companhia e Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da ENBPar. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia ("MRE"), com efeito iniciando em 2015.

A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 15 de janeiro de 2016, para PHC Colino I, Cachoeira da Lixa e em 20 de dezembro de 2017 para a PCH Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 13,01 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa de 15,35 R\$/MWh para Colino II (data base de janeiro de 2021 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

O montante da exposição ao contrato repactuado referente ao risco hidrológico de 2015 das PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa foi reconhecido como despesa pagas antecipadamente e foi apropriado ao resultado "Repactuação do risco hidrológico" até junho de 2020. Em julho de 2020, a ENBPar informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Controlada, no próprio mês de sua realização.

- (ii) Em junho de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados para prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros. A Companhia decidiu pelo pagamento mediante o parcelamento dos valores autuados junto à Receita Federal do Brasil para mitigar os riscos tributários decorrentes do citado Auto de Infração. O montante foi totalmente no exercício de 2023.

11. Empréstimos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (i)	28.744	38.943	30/06/2026	Mensal	12%
Juros	2.313	2.817			
Total	31.057	41.760			

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos--Continuação

A movimentação do empréstimo está demonstrada a seguir:

Empresa / Operação	31/12/2022	Despesa de Juros	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2023
Financiamento BNB (I)	41.760	2.766	(10.199)	(3.270)	31.057
	41.760	2.766	(10.199)	(3.270)	31.057
Total circulante	11.931				14.367
Total não circulante	29.829				16.690

- (i) Em 2006, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A, o financiamento possui taxa de juros de 12% a.a. (podendo ser reduzido a 10,20% devido 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho 2026.

O financiamento, classificado no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:

	<u>31/12/2023</u>
2025	11.127
2026	5.563
	<u><u>16.690</u></u>

12. Partes relacionadas

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	Saldo em 31/12/2022	Transferência por incorporação	Reversão de reserva de lucro	Dividendos propostos	Dividendos pagos	Saldo em 31/12/2023
Enerbras	6.843	(6.843)	-	-	-	-
Monte Pascoal	-	6.843	11.144	11.855	(29.842)	-
Total	6.843	-	11.144	11.855	(29.842)	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional	68.182	51.728
Base presunção IRPJ 8%	5.455	4.138
Base presunção CSLL 12%	8.182	6.207
Receitas financeiras	4.085	5.495
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	9.540	9.633
IRPJ calculado no ano	(2.361)	(2.381)
IRPJ anos anteriores	-	-
Despesa de IRPJ	(2.361)	(2.381)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	12.267	11.702
CSLL calculado no ano	(1.104)	(1.052)
CSLL anos anteriores	-	-
Despesa de CSLL	(1.104)	(1.052)
Receita diferida - Gross UP (i)	4.919	14.273
Base presunção IRPJ 8%	394	1.142
Base presunção CSLL 12%	590	1.713
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	394	1.142
IRPJ calculado no ano	(98)	(285)
IRPJ anos anteriores	-	(77)
Despesa de IRPJ diferido	(98)	(362)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	590	1.713
CSLL calculado no ano	(53)	(154)
CSLL anos anteriores	-	(41)
Despesa de CSLL diferida	(53)	(195)
Total de despesas IRPJ/CSLL	(3.616)	(3.990)

(i) O Gross up é um termo técnico para reajuste da base de cálculo, a fim de identificar o valor bruto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos— Continuação

13.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial dos impostos a pagar	492	296
Impostos calculados	3.465	3.433
Impostos deduzidos	(1.559)	(1.327)
Impostos pagos	(2.287)	(1.910)
Saldo final dos impostos a pagar	111	492

13.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial dos impostos diferidos	382	939
Impostos calculados	(151)	(557)
Saldo final dos impostos diferidos	231	382

14. Provisão contingente

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia não possui processos possíveis e nem prováveis.

15. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$87.810 (2022: R\$87.810) e está representado por 85.171.811 (2022: 85.171.811) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela Monte Pascoal Holding S.A., que por sua vez é uma controlada integral da V2I Energia S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Enerbras	-	-	-	87.810.191	87.810	100%
Monte Pascoal Holding	87.810.191	87.810	100%	-	-	-
	87.810.191	87.810	100%	87.810.191	87.810	100%

A empresa Enerbrás Centrais Elétricas S/A foi incorporada à Monte Pascoal Holding S/A em 26 de janeiro de 2023.

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	49.917	34.627
Reserva legal (5%)	2.496	1.731
Saldo inicial	10.265	8.534
Calculado no ano	2.496	1.731
Total	12.761	10.265

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% (100% em 2022), ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	49.917	34.627
Reserva legal (5%)	(2.496)	(1.731)
Base para dividendos	47.421	32.896
Alíquota	25%	100%
Dividendos propostos	11.855	32.896

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	49.917	34.627
Reserva legal (5%)	(2.496)	(1.731)
Dividendos propostos	(11.855)	(32.896)
Reserva de lucros	35.566	-
Movimentação da reserva de lucro		
Saldo inicial	-	13.512
Reversão de reserva para pagamento de dividendos	(11.144)	-
Calculado no ano	35.566	-
Dividendos intercalares	-	(13.512)
Total	24.422	-

Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	49.917	34.627
Lucro por ação	0,5685	0,3943

16. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita - geração hidrelétrica	74.063	66.001
Diferença – Receita Contratual x Receita Realizada	(962)	-
PIS e COFINS sobre faturamento	(2.488)	(1.888)
PIS e COFINS diferido	(180)	(660)
Total	70.433	63.453

17. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo com serviços tomados	(4.669)	(3.632)
Custo com depreciação e amortização (i)	(6.170)	(6.547)
Custo com suprimento de energia elétrica (ii)	(2.593)	(2.450)
Custo com pessoal	(1.678)	-
Custo com taxas	(328)	(576)
Custo com seguros	(755)	(191)
Custo com licença e estudos ambientais	(11)	(858)
Demais custos	(315)	(828)
Total	<u>(16.519)</u>	<u>(15.082)</u>

- (i) O valor de depreciação de arrendamento é R\$657 em 31/12/2023 e R\$1.030 em 31/12/2022 e o valor de depreciação de imobilizado é R\$5.489 em 31/12/2023 e R\$ 5.515 em 31/12/2022. O valor da amortização é de R\$24 em 31/12/2023 e R\$2 em 31/12/2022.
- (ii) No exercício de 2023, foi reconhecido no resultado o montante de R\$2.593 (R\$2.450 em 2022), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo de operação.

18. Outras despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas com pessoal	-	(1.131)
Despesa com perdão de dívida	-	(4.514)
Serviços de terceiros tomados	(461)	(3.342)
Depreciação	(7)	-
Outras despesas operacionais	(256)	(738)
Total	<u>(724)</u>	<u>(9.725)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Juros e variações monetárias (i)	(2.893)	(5.316)
IOF, comissões e taxa	(65)	(7)
Multa e acréscimos moratórios	(64)	(49)
Outras despesas financeiras	(720)	(152)
Despesas financeiras	<u>(3.742)</u>	<u>(5.524)</u>
Receita com aplicação financeira	4.084	5.304
Outras receitas financeiras	1	191
Receita financeira	<u>4.085</u>	<u>5.495</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>343</u>	<u>(29)</u>

(i) O valor de juros de empréstimos e arrendamentos no ano foi R\$2.766 e R\$127 (R\$3.657 e R\$1.659 em 2022) respectivamente.

20. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2023, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<u>Ramos</u>	<u>Importâncias seguradas</u>	<u>Apólice</u>	<u>Vigência</u>
Riscos Operacionais (i)	233.550	046692023100101180002384	24/11/2023 a 24/11/2024
Responsabilidade Civil (ii)	30.000	16.51.0042567.28	25/11/2023 a 25/11/2024

- a) Seguro de risco operacional, com apólice emitida pela Fairfax Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$ 233.550 milhões e um prêmio anual no valor de R\$657
- b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice emitida pela Chubb Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$ 60 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 41.609.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	12.507	12.968
Títulos valores mobiliários	2	14.386	13.814
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Contas a receber de clientes	2	9.288	8.277
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	31.057	41.760
Fornecedores	2	4.108	3.806

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e sua controlada a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia e sua Controlada a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 5.

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O índice de endividamento é de 0,4136% em 31 de dezembro de 2023.

Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

21.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

22. Evento Subsequente

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações contábeis.

* *

Diretoria executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

Responsável técnico pelas demonstrações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9